

EDUCAÇÃO FINANCEIRA CRÍTICA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM OLHAR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, CONSUMO CONSCIENTE E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Marjorie Bier Krinski Corrêa

GRUPO DE TRABALHO: GT9: Novas formas de organização da produção e gestão social:

RESUMO

A difusão de programas de educação financeira no Brasil, especialmente a partir da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), tem sido marcada por uma abordagem técnica centrada na racionalidade econômica individual e na moralização do consumo. Embora relevantes, tais iniciativas frequentemente desconsideram as desigualdades estruturais, a complexidade dos processos de endividamento e os impactos socioambientais das práticas de consumo. Este artigo propõe uma releitura crítica do conceito de educação financeira a partir de uma perspectiva integrada à alfabetização econômica, à justiça social e à sustentabilidade. Por meio de uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e crítica, o estudo examina os limites do modelo tradicional e defende a articulação entre consumo responsável, cidadania financeira e educação ambiental. A proposta de uma educação financeira transformadora implica reconhecer as condições concretas de vida dos sujeitos, superar o viés tecnocrático da formação financeira e fomentar competências que possibilitem escolhas fundamentadas não apenas na lógica do capital, mas também em valores éticos, sociais e ambientais. Ao conectar essa abordagem aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), evidencia-se o potencial pedagógico da educação financeira como dispositivo estratégico para o enfrentamento das desigualdades e para a promoção de um desenvolvimento regional mais justo, democrático e ecologicamente comprometido.

Palavras-chave: Justiça Social. Desigualdade. Endividamento. Cidadania. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O avanço da financeirização da vida cotidiana tem transformado profundamente as relações sociais, a subjetividade e as práticas econômicas no século XXI. Mais do que uma tendência setorial, trata-se de um fenômeno de racionalização e controle que atravessa o cotidiano dos indivíduos e dos territórios, disciplinando comportamentos, moldando estilos de vida e redefinindo o próprio significado da cidadania. Neste contexto, a educação financeira tem sido promovida como solução técnica para problemas de ordem estrutural, como o endividamento crônico das populações mais vulneráveis, a instabilidade econômica doméstica e os desafios da inclusão bancária. No entanto, ao centrar-se na dimensão

individual da tomada de decisões, tal abordagem negligencia fatores sociológicos, culturais e ambientais que condicionam os processos de consumo, investimento e planejamento econômico familiar.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída no Brasil em 2010 e reformulada em 2020, reflete esse modelo dominante ao defender o fortalecimento da autonomia do cidadão por meio da instrução sobre produtos financeiros, planejamento orçamentário e decisões de consumo. Embora bem-intencionadas, tais diretrizes partem do pressuposto de que o conhecimento técnico é suficiente para promover o bem-estar econômico, ignorando as desigualdades estruturais e a assimetria de informações que permeiam a realidade social. Como observa Laval (2004), a ascensão do sujeito empresarial como paradigma da subjetividade moderna reforça uma lógica de responsabilização individual que naturaliza o fracasso como expressão de incompetência pessoal, deslocando a análise das condições objetivas de existência para o campo moral da performance.

A crítica a essa racionalidade encontra ressonância nos estudos de Fraser (2006), que propõe uma articulação entre redistribuição e reconhecimento como dimensões inseparáveis da justiça social. Para a autora, soluções baseadas exclusivamente na capacitação individual não enfrentam as raízes das desigualdades, pois ignoram a relação entre exclusão econômica e desvalorização simbólica. Essa leitura permite compreender que o modelo hegemônico de educação financeira, ao desconsiderar os marcadores sociais da diferença — como classe, gênero, raça e território —, corre o risco de reforçar padrões de exclusão ao invés de superá-los.

Na mesma direção, Santos (2006) denuncia o colonialismo epistemológico presente nas políticas educacionais, alertando para a necessidade de construir uma ecologia de saberes que valorize os conhecimentos populares, os contextos locais e os modos alternativos de pensar a economia. Quando a educação financeira é concebida apenas como transmissão de conteúdos técnicos sobre orçamento, crédito e investimento, ela não apenas desconsidera a pluralidade das realidades sociais, como contribui para a reprodução de um modelo de desenvolvimento centrado na acumulação e no consumo irrestrito.

Diante dessa problemática, este artigo propõe uma leitura da educação financeira a partir de uma perspectiva dialógica, situada e comprometida com a justiça social e ambiental. Em vez de restringir-se à análise funcionalista das práticas financeiras cotidianas, busca-se compreender a educação financeira como campo de disputa política e pedagógica, cujo sentido pode ser ampliado na direção de um projeto emancipador de formação humana. Para isso, considera-se a importância da alfabetização financeira crítica, da educação para o consumo responsável e da vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS), especialmente no que tange à erradicação da pobreza (ODS 1), à educação de qualidade (ODS 4), à redução das desigualdades (ODS 10) e à promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo (ODS 12).

A relevância desse debate se intensifica quando inserido na problemática do desenvolvimento regional, especialmente em territórios marcados por assimetrias de acesso a serviços, bens culturais e financeiros. A educação financeira, se ampliada em escopo e densidade, pode tornar-se um instrumento de transformação social e um vetor de desenvolvimento mais equitativo, participativo e sustentável.

Para desenvolver essa argumentação, opta-se por uma abordagem metodológica qualitativa e bibliográfica, com ênfase na análise crítica de textos acadêmicos, documentos institucionais e legislações pertinentes. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa de base bibliográfica permite explorar não apenas o conteúdo manifesto das fontes, mas também os seus pressupostos, silêncios e contradições, viabilizando uma leitura interpretativa das disputas simbólicas e políticas que permeiam os discursos. Ao adotar essa orientação metodológica, este trabalho não pretende descrever experiências empíricas específicas, mas sim tensionar o campo conceitual e normativo que sustenta as políticas de educação financeira em vigor, articulando os principais eixos de crítica e proposição.

O corpo do artigo está organizado em três seções. A primeira discute os limites e contradições da abordagem tradicional de educação financeira, problematizando sua aderência aos preceitos neoliberais e sua inadequação frente às desigualdades sociais. A segunda seção aprofunda o conceito de alfabetização financeira crítica, articulando-o à noção de cidadania econômica e aos princípios da sustentabilidade, com base em autores como Atkinson e Messy (2012), Potrich, Vieira e Kirch (2014), entre outros. A terceira seção analisa a centralidade do consumo consciente como eixo articulador entre educação financeira, justiça ambiental e desenvolvimento regional. Por fim, nas considerações finais, retomam-se os principais argumentos do trabalho, com vistas à formulação de diretrizes para uma educação financeira transformadora, comprometida com a equidade, a dignidade e o futuro comum.

AS LIMITAÇÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA TRADICIONAL E OS PARADIGMAS EMERGENTES

A emergência da educação financeira como política pública no Brasil, materializada institucionalmente com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), reflete mais do que uma preocupação pedagógica com o bem-estar econômico dos cidadãos.

Trata-se de uma resposta institucional à crescente instabilidade do capitalismo financeirizado e às suas consequências sociais, sobretudo nas camadas mais vulneráveis da população. Embora apresentada como ferramenta de capacitação e autonomia, a educação financeira veiculada pelas escolas, pela mídia e por programas estatais tem reproduzido uma lógica reducionista, centrada na racionalidade econômica individual e descolada das estruturas de desigualdade que moldam o comportamento financeiro no cotidiano.

Esse modelo pedagógico encontra respaldo em uma concepção de sujeito que se alinha ao ideal do *homo economicus*: um indivíduo calculista, autônomo, descontextualizado de vínculos comunitários e desprovido de historicidade. Como analisa Laval (2004), esse sujeito não é apenas um artefato da teoria econômica neoclássica, mas o produto de um projeto ideológico mais amplo, que transforma todas as dimensões da vida em campos de desempenho, mensuração e autoaperfeiçoamento. A educação financeira, ao adotar esse paradigma, assume a função de preparar indivíduos para que se autogerenciem conforme as exigências do mercado, deslocando para a esfera privada responsabilidades que, em uma perspectiva democrática, deveriam ser compartilhadas e discutidas no âmbito das políticas públicas.

Nesse contexto, o endividamento, que é frequentemente uma consequência direta da precarização das condições de vida, da desigualdade de renda e da oferta indiscriminada de crédito, passa a ser interpretado como um problema de ignorância ou má conduta pessoal. Essa operação discursiva é profundamente ideológica, pois, como observa Fraser (2006), neutraliza os mecanismos de dominação econômica ao individualizar suas consequências. Em vez de interrogar o funcionamento de um sistema que expande o consumo financiado mesmo diante da estagnação salarial e da concentração de riqueza, a política de educação financeira transfere ao cidadão o peso da prudência, da contenção e da responsabilidade moral.

A esse deslocamento de responsabilidade soma-se um segundo aspecto: a reprodução de uma pedagogia tecnicista, que se limita a ensinar conteúdos instrumentais — como cálculo de juros, elaboração de orçamentos e estratégias de poupança —, sem abrir espaço para uma compreensão crítica do sistema financeiro em que essas operações se realizam. A ênfase em competências técnicas reforça a ilusão de neutralidade da linguagem econômica, despolitizando o saber e ocultando as escolhas políticas embutidas na própria estrutura dos mercados. Santos (2006), ao discutir a ideia de “monoculturas do saber”, denuncia esse processo como forma de silenciamento epistemológico: ao privilegiar apenas o conhecimento formal e abstrato,

desconsidera-se o saber popular, as estratégias coletivas de sobrevivência e a pluralidade de experiências econômicas que marcam o cotidiano das populações periféricas.

Esse projeto pedagógico, portanto, não é inocente. Ao centrar-se na adaptação do indivíduo ao sistema, ele reforça uma lógica conformista e desmobilizadora. A internalização de práticas como “corte de gastos”, “autocontrole” e “educação para o consumo racional” aparece desvinculada de qualquer análise sobre o papel das políticas públicas, da regulação do mercado financeiro ou das condições sociais que limitam efetivamente a capacidade de escolha de boa parte da população. Pontara (2019) mostra que esse discurso se dissemina de forma homogênea por meios de comunicação, escolas e campanhas institucionais, naturalizando a ideia de que o insucesso financeiro é resultado exclusivo da negligência individual.

Mesmo quando se expandem os materiais educativos para incluir temas como planejamento de aposentadoria, previdência e investimentos, o horizonte permanece restrito à lógica da gestão do eu. O sujeito ideal promovido por essa pedagogia é, como argumenta Fraser (2006), simultaneamente consumidor, investidor e devedor — mas raramente cidadão político. Trata-se de uma figura treinada para operar com riscos calculáveis, mas não para interrogar criticamente os fundamentos do sistema que produz esses riscos e distribui desigualmente suas consequências.

Essa crítica ganha ainda mais força quando se observa que a própria política de educação financeira no Brasil, ainda que publicamente orientada à inclusão e à cidadania, carece de fundamentação empírica robusta e permanece alicerçada em prescrições de cunho normativo. Leffler, Souza e Souza (2021) demonstram que boa parte da literatura que embasa a ENEF parte de premissas não problematizadas, como a ideia de que a instrução financeira leva, automaticamente, a comportamentos mais prudentes. No entanto, a realidade mostra que o comportamento econômico é atravessado por variáveis culturais, afetivas e sociais que não podem ser domesticadas por conteúdos curriculares descontextualizados.

Além disso, mesmo organismos internacionais que promovem a alfabetização financeira, como a OCDE, já identificaram que o conhecimento técnico, por si só, tem impacto limitado sobre os hábitos de consumo e endividamento, sobretudo quando esses estão imbricados em condições de insegurança econômica e exclusão social. A própria noção de alfabetização financeira — discutida por Potrich, Vieira e Kirch (2014) — exige ser repensada não apenas como transmissão de saberes, mas como processo formativo ético, crítico e situado. A diferença entre saber calcular uma taxa de juros e ter condições reais de se proteger do crédito

abusivo é abissal. A educação que ignora essa distância contribui mais para naturalizar a desigualdade do que para superá-la.

Por fim, vale destacar que os limites do modelo tradicional de educação financeira não se encerram em sua superficialidade técnica ou em sua insensibilidade social. Eles expressam, de forma mais ampla, a colonização do imaginário pedagógico por uma racionalidade econômica que transforma todos os problemas em falhas de gestão. Como Laval (2004) já havia apontado, o neoliberalismo não se limita a uma política econômica, mas configura uma forma de subjetivação. Quando internalizamos o vocabulário da eficiência, da meritocracia e da responsabilização individual como horizonte formativo, deixamos de interrogar as estruturas e passamos a reformar as condutas — muitas vezes, em nome de uma autonomia que, na prática, não passa de adaptação estratégica à precariedade.

Repensar a educação financeira, portanto, não implica abandoná-la, mas reconceituá-la. Exige deslocar seu foco do indivíduo para as relações sociais, do conteúdo técnico para a formação crítica, do consumo disciplinado para a cidadania econômica. Só assim ela poderá deixar de ser um instrumento de adequação e tornar-se uma alavanca de transformação. É esse o caminho que será explorado na próxima seção, ao discutir a alfabetização financeira crítica como uma possibilidade formativa comprometida com os princípios da justiça social, da sustentabilidade e do desenvolvimento democrático.

ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA SUSTENTÁVEL

Superar os limites do modelo tradicional de educação financeira não é apenas uma tarefa pedagógica, mas também epistemológica e política. Se a abordagem convencional se ancora na lógica da autorresponsabilização e na centralidade da performance individual, uma concepção crítica de educação financeira deve necessariamente romper com esse enquadramento e deslocar o foco para a formação de sujeitos capazes de interpretar, questionar e transformar as estruturas econômicas em que estão inseridos. É nesse horizonte que emerge o conceito de alfabetização financeira crítica, cujo propósito não é apenas transmitir conhecimentos operacionais sobre finanças, mas formar uma consciência situada, ética e socialmente engajada.

A diferenciação entre educação financeira e alfabetização financeira, embora frequentemente negligenciada nas políticas públicas, é fundamental para essa transição conceitual. Enquanto a primeira costuma se limitar à memorização de conteúdos e à repetição

de boas práticas de consumo e poupança, a segunda exige a articulação entre conhecimento, atitude e comportamento — um processo formativo que envolve tanto a compreensão do funcionamento dos sistemas econômicos quanto a capacidade de fazer escolhas conscientes e socialmente responsáveis (Potrich; Vieira; Kirch, 2014). Trata-se, portanto, de uma abordagem que integra saber e ação, técnica e ética, reflexão e práxis.

Esse conceito, em sua acepção mais robusta, aproxima-se da proposta de Paulo Freire ao defender que toda alfabetização é, ao mesmo tempo, leitura de mundo e intervenção no mundo. Assim como a alfabetização linguística exige que o sujeito compreenda o contexto em que as palavras ganham sentido, a alfabetização financeira crítica demanda que os sujeitos compreendam as estruturas que organizam a circulação do dinheiro, o crédito, o consumo e a dívida. Nesse sentido, não basta saber operar o sistema — é preciso compreendê-lo criticamente e disputar seus rumos.

A alfabetização financeira crítica, nesse marco, ganha densidade quando se articula ao conceito de cidadania econômica. Essa ideia, ainda pouco desenvolvida no campo da educação financeira, propõe uma visão ampliada da cidadania que incorpora a capacidade dos indivíduos e coletividades de compreenderem seus direitos econômicos, de questionarem desigualdades distributivas e de participarem ativamente das decisões que afetam suas condições materiais de existência. Fraser (2006), ao propor uma teoria tridimensional da justiça social — redistribuição, reconhecimento e participação —, fornece um arcabouço teórico fértil para pensar essa cidadania econômica como um processo que atravessa o conhecimento, mas que exige também a construção de espaços de voz e agência política.

Nessa direção, pensar a alfabetização financeira em diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) torna-se não apenas possível, mas necessário. Os ODS 4, 8 e 10 — que tratam, respectivamente, de educação de qualidade, crescimento econômico sustentável e redução das desigualdades — oferecem uma base normativa para a construção de práticas educativas comprometidas com a dignidade humana e a justiça social. No entanto, essa articulação não pode ser feita de forma superficial ou instrumental. É preciso garantir que a relação entre educação financeira e desenvolvimento sustentável seja compreendida a partir de uma concepção de sustentabilidade que vá além da simples preservação ambiental ou da eficiência nos gastos.

A sustentabilidade a que se refere a alfabetização financeira crítica deve ser entendida como um equilíbrio entre justiça social, viabilidade econômica e integridade ecológica — o chamado tripé da sustentabilidade. Essa concepção, como argumentam Rosini et al. (2015), exige não apenas mudanças individuais de comportamento, mas transformações coletivas nas formas de produção, distribuição e consumo. Nesse contexto, a educação

financeira deixa de ser um manual de sobrevivência no mercado e passa a ser uma ferramenta de leitura crítica da economia, com potencial de fomentar práticas mais éticas, cooperativas e sustentáveis.

A essa transformação também se soma a necessidade de reconfigurar a própria ideia de competência financeira. Atkinson e Messy (2012) propõem uma definição multidimensional que inclui, além do conhecimento, o comportamento e as atitudes financeiras. Essa definição já aponta para a complexidade do processo formativo envolvido: não basta conhecer, é preciso internalizar valores, desenvolver discernimento e agir com responsabilidade social. No entanto, mesmo essa abordagem, embora mais abrangente que a versão tecnocrática, ainda corre o risco de se manter no nível do indivíduo. A alfabetização financeira crítica vai além: ela exige a articulação com o coletivo, com o território e com os processos históricos que conformam as desigualdades.

Esse movimento é especialmente relevante quando se pensa no desenvolvimento regional. Em regiões periféricas, rurais ou marcadas pela desindustrialização e pela fragilidade dos serviços públicos, a exclusão financeira assume contornos mais complexos. O acesso à informação, aos produtos bancários e às oportunidades econômicas é desigual, e a precarização das condições de vida limita drasticamente as possibilidades de poupança, investimento ou planejamento de longo prazo. A educação financeira, nesses contextos, só poderá ter algum efeito transformador se for situada — isto é, se reconhecer as condições concretas das populações a que se dirige e se recusar a repetir fórmulas abstratas e descontextualizadas.

A esse respeito, o trabalho de Santos (2006) oferece uma contribuição decisiva. Ao propor uma “ecologia de saberes”, o autor afirma a importância de integrar conhecimentos científicos, populares e comunitários na construção de soluções para os desafios sociais. Aplicado à educação financeira, isso implica reconhecer as estratégias econômicas alternativas já praticadas em muitos territórios — como o cooperativismo, os bancos comunitários, as redes de trocas e os fundos solidários — como formas legítimas de agir economicamente. Esses saberes, frequentemente invisibilizados pelas políticas públicas, revelam que há múltiplas formas de organizar a vida financeira, e que a hegemonia do modelo bancário-capitalista não deve ser naturalizada.

Essa visão também convoca a repensar o papel da escola. Se a escola for apenas um espaço de reprodução das normas do mercado, ela se tornará um ambiente de disciplinamento para o consumo. Mas se for, ao contrário, um espaço de problematização, de diálogo e de construção coletiva de alternativas, poderá desempenhar um papel central na formação de sujeitos conscientes de seus direitos e responsabilidades. A alfabetização

financeira crítica, nesse cenário, aparece como dimensão fundamental de um currículo comprometido com a vida digna e com a participação democrática.

É nesse horizonte que a educação financeira deve ser compreendida: não como um instrumento para tornar o sujeito adaptável ao sistema, mas como um meio para que ele possa compreender o sistema, contestá-lo quando necessário, e participar da construção de alternativas. A cidadania econômica, nesse sentido, não é apenas a capacidade de consumir de forma racional, mas a disposição de intervir no mundo, transformar realidades e disputar sentidos.

A próxima seção avançará nessa direção, ao explorar o conceito de consumo consciente como prática pedagógica e política, e sua articulação com os princípios da justiça ambiental, do bem viver e do desenvolvimento local sustentável.

CONSUMO CONSCIENTE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E JUSTIÇA ECONÔMICA

A interseção entre consumo consciente, justiça ambiental e desenvolvimento local apresenta-se como um campo fundamental para a ampliação do alcance da educação financeira crítica, ampliando seus efeitos para além do indivíduo e de sua esfera econômica imediata. A compreensão dessa articulação demanda superar a visão isolacionista do consumo, que o reduz a uma questão de escolhas pessoais desvinculadas dos contextos sociais, culturais e ambientais nos quais são produzidas e realizadas. O consumo consciente emerge, portanto, como prática social situada, envolvendo decisões que articulam o econômico, o ético e o ecológico, desafiando as lógicas hegemônicas do mercado e da cultura do descarte.

A sustentabilidade, entendida no tripé que integra as dimensões social, ambiental e econômica, impõe a necessidade de que o consumo não se restrinja à busca pela maximização do usufruto individual, mas incorpore o respeito aos limites planetários e a promoção da equidade social. Rosini et al. (2015) destacam que a cultura do consumo atual, marcada pelo apelo à novidade, à satisfação imediata e ao descarte acelerado, representa um dos principais vetores da crise ambiental global. Essa lógica consumista, que privilegia o ter em detrimento do ser, não apenas pressiona os recursos naturais em níveis insustentáveis, mas também reforça desigualdades sociais ao estabelecer padrões de consumo acessíveis apenas a parcelas privilegiadas da população.

A incorporação do consumo consciente na educação financeira, portanto, deve significar a problematização das relações entre indivíduos, coletividades e meio ambiente. Isso implica que a educação financeira crítica precisa incorporar saberes e práticas que

reconheçam o consumo como ato social e político, que implica escolhas de valores e afeta coletividades e ecossistemas. Couto, Maracajá e Machado (2022) reforçam essa perspectiva ao argumentar que a educação financeira sustentável promove o aumento do consumo consciente por meio do planejamento, do controle e da reflexão sobre as implicações de cada ato de compra, estimulando a diminuição do desperdício, a reutilização e a valorização de produtos sustentáveis.

Sob o prisma da justiça ambiental, o consumo consciente transcende a questão ambiental para envolver também as dimensões de equidade, acesso e participação democrática. O impacto do consumo e da produção sobre as populações vulnerabilizadas — frequentemente as mesmas que sofrem com a exclusão financeira — demanda uma educação financeira que incorpore a justiça distributiva e o reconhecimento cultural. Como enfatiza Fraser (2006), a justiça social exige a articulação entre a redistribuição econômica e o reconhecimento das identidades e das vozes marginalizadas, de modo que os processos educacionais devem capacitar os sujeitos a compreender e atuar em múltiplas dimensões da desigualdade.

Na perspectiva do desenvolvimento local, o consumo consciente pode ser também um vetor de fortalecimento das economias territoriais sustentáveis, ao promover práticas que valorizem os circuitos curtos de produção e distribuição, a economia solidária e a soberania alimentar. Essa dimensão territorial do consumo é especialmente relevante em regiões marcadas por vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais. A promoção do consumo consciente nesses contextos, quando articulada à educação financeira crítica, abre possibilidades para a formação de cidadãos capazes de reconhecer seu papel na construção de territórios mais justos, resilientes e ambientalmente responsáveis.

Esse enfoque dialoga com a proposta de Boaventura de Sousa Santos (2006) acerca da ecologia de saberes, que destaca a importância de integrar saberes locais, populares e científicos para enfrentar os desafios contemporâneos. Na educação financeira, isso se traduz na valorização das práticas econômicas comunitárias, como as redes de economia solidária, as moedas sociais e os sistemas de trocas que operam fora das lógicas convencionais de mercado. Reconhecer e fortalecer esses saberes e práticas constitui uma estratégia para ampliar as possibilidades de consumo consciente e, simultaneamente, estimular formas alternativas de desenvolvimento local.

Além disso, o consumo consciente deve ser compreendido em sua dimensão política, pois desafia o modelo econômico dominante ao questionar os padrões de produção, a publicidade massificada e a obsolescência programada. Nesse sentido, a educação financeira crítica vinculada ao consumo consciente capacita os sujeitos a agir como agentes de

transformação, capazes de influenciar mercados, políticas públicas e culturas de consumo. Essa concepção amplia o papel da educação financeira, colocando-a no centro das disputas por modelos de desenvolvimento que articulem prosperidade, justiça social e sustentabilidade ambiental.

Assim, a incorporação do consumo consciente à educação financeira não se reduz a uma dimensão individual de escolha racional, mas se constitui como um elemento estratégico para o desenvolvimento regional sustentável e democrático. A educação financeira crítica, ao fomentar essa perspectiva, contribui para a construção de uma cidadania econômica e ambiental plena, capaz de operar transformações concretas nos modos de vida e nas estruturas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho evidenciou que a educação financeira, em sua concepção tradicional, apresenta limitações intrínsecas que comprometem sua capacidade de promover transformações sociais efetivas e sustentáveis, especialmente em contextos marcados por profundas desigualdades socioeconômicas e desafios ambientais. A ênfase predominante na capacitação técnica e na responsabilização individual revela-se insuficiente para abarcar a complexidade das relações econômicas contemporâneas, caracterizadas por dinâmicas de exclusão, precarização e múltiplas dimensões de vulnerabilidade. Tal constatação conduz a um necessário deslocamento paradigmático, que implica repensar a educação financeira como processo formativo integral, articulado à cidadania econômica crítica, à justiça social e à sustentabilidade ambiental.

A partir da análise realizada, pode-se afirmar que a alfabetização financeira crítica emerge como um conceito estruturante para essa reorientação. Essa abordagem, ao integrar saberes técnicos, éticos e sociais, propicia a formação de sujeitos capazes não apenas de gerir seus recursos, mas de compreender os contextos estruturais que influenciam suas escolhas e de atuar na transformação desses contextos. Esse processo educacional, por sua vez, encontra na incorporação do consumo consciente um eixo fundamental para a articulação entre o desenvolvimento econômico, a equidade social e a preservação ambiental. A interdependência desses elementos configura um tripé indispensável para a construção de modelos de desenvolvimento regional que sejam ao mesmo tempo justos, viáveis e sustentáveis.

No âmbito do desenvolvimento regional, a relevância dessa abordagem torna-se ainda mais evidente. A promoção da educação financeira crítica e do consumo consciente

deve ser entendida como parte integrante de políticas públicas intersetoriais que reconheçam as especificidades territoriais e as condições históricas das populações locais. A superação das desigualdades econômicas e sociais, acompanhada da valorização dos saberes comunitários e das práticas solidárias, configura uma estratégia indispensável para o fortalecimento dos territórios e para a promoção de economias locais resilientes e ambientalmente responsáveis. Desse modo, a educação financeira transforma-se em ferramenta não apenas de inclusão econômica, mas de empowerment coletivo, contribuindo para a consolidação de cidadanias plenas e participativas.

Ademais, o papel das instituições educacionais deve ser compreendido em sua dimensão política e ética, ultrapassando a mera transmissão de conteúdos para constituir espaços de problematização, diálogo e construção coletiva do conhecimento. A integração de perspectivas críticas, a valorização da diversidade epistemológica e o estímulo à reflexão sobre as relações entre economia, sociedade e meio ambiente configuram elementos essenciais para a efetivação dessa transformação educativa. Essa reconfiguração do currículo e das práticas pedagógicas exige investimento continuado na formação de educadores, na produção de materiais contextualizados e na construção de redes colaborativas que articulem escola, família, comunidade e demais atores sociais.

No campo da pesquisa, o trabalho abre múltiplas possibilidades que merecem aprofundamento. Destaca-se a necessidade de estudos empíricos que investiguem as experiências de alfabetização financeira crítica em diferentes contextos territoriais, avaliando seus impactos na autonomia econômica, no exercício da cidadania e na sustentabilidade dos modos de vida. Também é relevante o desenvolvimento de investigações que explorem as interações entre políticas públicas, práticas educativas e dinâmicas socioeconômicas locais, contribuindo para o aprimoramento de estratégias integradas e adaptadas às realidades específicas. Por fim, o diálogo interdisciplinar entre as áreas da educação, economia, sociologia, ciência ambiental e políticas públicas revela-se fundamental para a ampliação da compreensão e da eficácia das intervenções nesse campo.

Portanto, este estudo visa contribuir para a construção de um marco teórico e metodológico que fortalece a concepção da educação financeira como instrumento de transformação social e desenvolvimento regional sustentável, apontando para a urgência de práticas educativas que transcendam a lógica mercadológica e promovam a formação de sujeitos e coletividades conscientes, capazes de enfrentar os desafios complexos do presente e de construir futuros mais justos, solidários e ambientalmente equilibrados.

REFERÊNCIAS

- ATKINSON, Adele; MESSY, Flore-Anne. Measuring financial literacy: results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) pilot study. **OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, n. 15, 2012. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/49319977.pdf>. Acesso em: 15 Mar. 2025.
- BRASIL. **Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 10 Mar. 2025.
- BRASIL. **Decreto n.º 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.393-de-9-de-junho-de-2020-260693435>. Acesso em: 10 Mar. 2025.
- COUTO, Robson F.; MARACAJÁ, Kely F. B.; MACHADO, Paulo de A. Financial education and sustainability: a conceptual framework. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Santa Maria, v. 23, n. 3, 29 dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/45364>. Acesso em: 13 Abr. 2025.
- FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 76, p. 11–40, 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1283>. Acesso em: 15 Abr. 2025.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução de Francisco Morás. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LEFFLER, Rafaela; SOUZA, Cláudia Vanessa Ferreira de; SOUZA, Maurício Afonso Vasconcelos de. Educação financeira e o desenvolvimento sustentável: uma revisão sistemática de literatura. **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 502–513, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/jieem/article/view/5815>. Acesso em: 05 Mar. 2025.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 07 Abr. 2025.
- PONTARA, Adilson. Educação financeira como proposta fundamental para a melhoria do desenvolvimento da agricultura familiar brasileira. **Revista Sintagro**, n. 1, p. 189–197, 2019. Disponível em: <https://revistasintagro.com.br/article/view/153>. Acesso em: 02 Mai. 2025.

POTRICH, Ana Claudia Gruszynski; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH, Guilherme. **Você é alfabetizado financeiramente? Descubra no termômetro de alfabetização financeira.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2014.

ROSINI, Alessandro Marcos et al. Educação financeira, consumo e sustentabilidade ambiental. In: ROSINI, A. M. et al. (org.). **Pesquisa em administração e engenharia: volume 2.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2015. p. 1–26. Disponível em: <https://pimentacultural.com.br/livros/pesquisa-em-administracao-e-engenharia-vol-2>. Acesso em: 10 Abr. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.